

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS
DE PASSAGEIROS S.A.

31 DE DEZEMBRO 2023

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Verdus Auditores Independentes
Rua Amália de Noronha, 151 – cj. 402
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05410-010
Tel.: + 55 11 3027-1800
www.vacc.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5, em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes, referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foi por nós conduzido, cujo relatório datado em 31 de março de 2023 foi emitido sem modificações, e com parágrafo de ênfase em relação a reapresentação dos valores correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020.



RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2024.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVOS	NOTA	2023	2022	2021	PASSIVOS	NOTA	2023	2022	2021
CIRCULANTE			(reapresentado)	(reapresentado)	CIRCULANTE			(reapresentado)	(reapresentado)
Caixa e equivalente de caixa	5	1.522	1.479	1.078	Fornecedores	8	252	213	176
Contas a receber de clientes	6	1.482	723	1.983	Obrigações trabalhistas e sociais	9	822	776	1.014
Tributos a recuperar	-	353	8	3	Impostos e contribuições a recolher	10	1.168	784	1.007
Despesas antecipadas	-	91	99	77	Parcelamentos de impostos	11	1.080	1.940	1.518
Total do ativo circulante		3.448	2.309	3.141	Adiantamento de clientes	-	11	-	3
NÃO CIRCULANTE					Passivo de arrendamento	-	32	43	53
Contas a receber de clientes	6	1.207	653	1.271	Outras contas a pagar	-	7	7	13
Depósitos judiciais	-	52	18	24	Total do passivo circulante		3.372	3.763	3.784
Direito de uso de ativos	-	473	565	595	NÃO CIRCULANTE				
Intangível	7	33.023	34.537	35.797	Passivo de arrendamento	-	206	282	325
Total do ativo não circulante		34.755	35.773	37.687	Parcelamentos de impostos	11	3.232	2.661	1.983
					Partes relacionadas	12	1.620	2.505	2.821
					Dividendos a pagar	12	919	919	919
					Provisão para contingências	13	256	226	1.855
					Total do passivo não circulante		6.233	6.593	7.903
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	14	36.100	36.100	36.100
					Prejuízos acumulados		(7.502)	(8.374)	(6.959)
					Total do patrimônio líquido		28.598	27.726	29.141
TOTAL DO ATIVO		38.203	38.082	40.828	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.203	38.082	40.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)**

	<u>NOTA</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u> (reapresentado)
Receita operacional líquida	16	12.426	10.812
Custo dos serviços prestados	17	<u>(8.927)</u>	<u>(8.601)</u>
Lucro Bruto		<u>3.499</u>	<u>2.211</u>
Despesas administrativas e gerais	18	(1.414)	(1.224)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	<u>(868)</u>	<u>(1.667)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>1.217</u>	<u>(680)</u>
Receitas financeiras	19	205	78
Despesas financeiras	19	<u>(291)</u>	<u>(791)</u>
Despesas financeira líquidas		<u>(86)</u>	<u>(713)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>1.131</u>	<u>(1.393)</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(258)	(22)
Prejuízo do exercício		<u>873</u>	<u>(1.415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>873</u>	<u>(1.415)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>873</u></u>	<u><u>(1.415)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>				<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Retenção de Lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	<u>36.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.959)</u>	<u>29.141</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.415)	(1.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	<u>36.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.374)</u>	<u>27.726</u>
Lucro do exercício	-	-	-	873	873
Constituição reserva legal	-	44	-	(44)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	206	(206)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	(44)	(206)	250	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>36.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.502)</u>	<u>28.598</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022 (reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	873	(1.415)
<i>Ajustes para reconciliação do resultado</i>		
Depreciação e amortização	1.546	1.409
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	277	6.605
Reversão de crédito de liquidação duvidosa	(293)	(3.595)
Provisão/Reversão de contingências	254	(1)
Reversão de contingências	(225)	(1.630)
	<u>2.432</u>	<u>1.373</u>
<i>(Aumento) / Redução dos ativos</i>		
Contas a receber de clientes	(1.297)	(1.132)
Tributos a recuperar	(345)	(5)
Despesas antecipadas	8	(22)
Depósitos Judiciais	(34)	6
<i>Aumento / (Redução) dos passivos</i>		
Fornecedores	39	37
Obrigações trabalhistas e sociais	46	(238)
Impostos e contribuições a recolher	642	(201)
Imposto de renda e contribuição social	(258)	(22)
Parcelamentos de impostos	(289)	1.100
Adiantamento de clientes	11	(3)
Arrendamento	(87)	(53)
Outras contas a pagar	-	(6)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>868</u>	<u>834</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ativo de direito de uso	92	30
Adições de intangível	(32)	(147)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>60</u>	<u>(117)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas	(885)	(316)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>(885)</u>	<u>(316)</u>
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>43</u>	<u>401</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.479	1.078
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.522</u>	<u>1.479</u>
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>43</u>	<u>401</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIOTERP - RIO TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RIOTERP - Rio Terminais Rodoviários de Passageiros S.A. (“Rioterp” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2011 e localizada à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1480, Sala Matriz Rio Terminais, Centro, CEP 26.220-060, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro e tem por objeto a outorga em caráter de exclusividade da concessão de serviços públicos para operação, administração, manutenção, conservação, reforma construção e exploração comercial conjunta de terminais rodoviários metropolitanos da Cidade do Rio de Janeiro e Grande Rio:

- Terminal Américo Fontenelle;
- Terminal Menezes Cortes;
- Terminal Nilópolis;
- Terminal Nova Iguaçu.

O prazo de concessão é de 25 anos a contar a data de início de operação podendo ser prorrogado por igual período desde que plenamente atendidos os requisitos de modernização e atualização que vierem a ser exigidos pelo Poder Concedente - Companhia de Desenvolvimento e Terminais Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE) com objetivo de melhorar as instalações, serviços e o atendimento à população nestes terminais.

A remuneração da concessionária será constituída das seguintes tarifas: a) Tarifa de Embarque na modalidade de passageiro embarcado (T.E.T.); b) Tarifa de Acostamento (T.A.); c) Tarifas de Embarque de Operações de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual.

Adicionalmente a receita bruta das atividades de eventos realizados em áreas dos terminais, comercialização, locação e arrendamento de espaços internos e externos nos limites das áreas concedidas, estacionamentos onde for possível, exploração de serviços sanitários, veiculação de publicidade nas áreas internas e externas, venda e alimentos, bebidas e comércio, outras formas de operação comercial e direitos de transmissão de rádio e TV, complementam a remuneração da concessionária.

A Concessionária como forma de cumprimento de suas obrigações perante a CODERTE pagará o valor da outorga fixa e 10% sobre as receitas brutas das tarifas e demais receitas advindas da exploração comercial, publicitária, sanitária e qualquer outra receita auferida pela concessionária previstas ou não no edital.

Impacto da Covid-19 e outros

Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Companhia opera praticamente sem influência de impactos gerados pela Covid-19, mantendo iniciativas de higienização e distanciamento social, quando aplicável. Não existem impactos relevantes nos resultados atuais e previstos para o futuro próximo.

Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu o território ucraniano e iniciou um confronto armado contra esta nação. A partir desse momento, os Governantes, empresários e a população em geral passou a acompanhar o desenvolvimento desse conflito e, avaliar eventuais impactos econômicos desencadeados por estes países. Adicionalmente, em 07 de outubro de 2023, iniciou-se um conflito em Israel que pode ter desdobramentos economicamente danosos para o resto do mundo. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras a Administração da Companhia avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua operação. A Administração avalia de forma constante o desdobramento dos assuntos com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 – Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 13 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade de magnitude de saída de recursos.

2.5. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de modo a refletir no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2022 a correção de erros comentados em detalhe na nota explicativa nº 11 e 19.

Saldos afetados	Originalmente apresentado	31/12/2021	
		Reapresentado	Efeito
PASSIVO			
<i>Passivo circulante</i>			
Parcelamentos de impostos	474	1.518	1.044
<i>Patrimônio líquido</i>			
Prejuízos acumulados	(5.915)	(6.959)	(1.044)
Efeito total	(5.441)	(5.441)	-
Total do passivo	40.828	40.828	-
Prejuízo do exercício	(2.677)	(3.721)	(1.044)

Saldos afetados	31/12/2022		
	Originalmente apresentado	Reapresentado	Efeito
PASSIVO			
<i>Passivo circulante</i>			
Parcelamentos de impostos	767	1.940	1.173
<i>Patrimônio líquido</i>			
Prejuízos acumulados	<u>(7.201)</u>	<u>(8.374)</u>	<u>(1.173)</u>
Efeito total	<u>(6.434)</u>	<u>(6.434)</u>	<u>-</u>
Total do passivo	<u>38.082</u>	<u>38.082</u>	<u>-</u>
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Despesas financeiras	(662)	(791)	(129)
Efeito total	<u>(662)</u>	<u>(791)</u>	<u>(129)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(1.286)</u>	<u>(1.415)</u>	<u>(129)</u>

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita por investimento individualmente.

(iii) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(vi) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(vii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge

3.2. Ativos intangíveis

Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

Amortização do direito de uso de concessão

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização dos intangíveis é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Infraestrutura de concessão.....	21 a 25
Móveis e utensílios.....	10
Instalações.....	10
Máquinas e equipamentos.....	05
Computadores e periféricos.....	05
Veículos.....	04
Licença de uso.....	05
Outorga de concessão.....	25

3.3. Redução do valor recuperável– Impairment

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não considera em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com relação a este assunto.

3.7. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social com alíquota vigente de 34% é calculado e registrado com base no resultado anual relativo a cada exercício ou período ajustados na forma legal, sendo o imposto de renda calculado pelo regime de tributação (lucro real), à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual excedente a R\$ 20 mil (ao mês), ou R\$ 240 mil ao ano.

Além do imposto de renda, o resultado da Companhia é tributado pela contribuição social à alíquota de 9%, pelo regime de tributação (lucro real), com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

Ambos o imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos com base no regime de competência.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3.9. Receita operacional

(i) Embarque e utilização do terminal

As receitas decorrentes de embarque e utilização do terminal são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados.

(ii) Receita de aluguel

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com Companhias de transporte, lojas, e restaurantes localizados no terminal rodoviário é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iii) Serviços aos usuários

A receita de serviços prestados de guarda-volumes, estacionamento, utilização de sanitários e banho aos usuários do terminal rodoviário é reconhecida no resultado no momento que o serviço é prestado.

3.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, as variações cambiais passivas e as tarifas bancárias.

3.11. Gerenciamento de riscos

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

4. NOVOS NORMATIVOS CONTÁBEIS

As seguintes normas ou alterações, emitidas/revisadas pelo IASB, com adoção para exercícios iniciando em, ou após, 1o de janeiro de 2023 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 1/CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas.
- IAS 8/CPC 23 – Esclarecimento sobre mudanças de estimativas contábeis, mudança nas políticas contábeis e correção de erros
- IAS 12/CPC 32 – Necessidade de reconhecimento do imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, descomissionamento e restauração; e
- IFRS 17/CPC 50 – Norma não aplicável à Companhia;

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

- IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos não circulantes, em que a empresa precisa ter o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial;
- IFRS 16/CPC 06 – Trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1o de janeiro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	1	2
Aplicações financeiras	<u>1.521</u>	<u>1.477</u>
	<u>1.522</u>	<u>1.479</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas, substancialmente a 100% da SELIC.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição dos saldos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes nacionais	8.429	7.170
Clientes locação	1.760	1.802
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.500)</u>	<u>(7.596)</u>
	<u>2.689</u>	<u>1.376</u>
Circulante	1.482	723
Não circulante	<u>1.207</u>	<u>653</u>
	<u>2.689</u>	<u>1.376</u>

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 o saldo de R\$ 1.686 em recebíveis renegociados, conforme Termos de Confissão de Dívidas e Cessão de Direitos celebrado entre as partes.

b. Abertura por idade do contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	2.705	2.207
Vencidos de 1 a 30 dias	261	270
Vencidos de 31 a 120 dias	631	773
Vencidos de 121 a 180 dias	351	478
Vencidos acima de 181 dias	<u>6.241</u>	<u>5.244</u>
	<u>10.189</u>	<u>8.972</u>

c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.596)	(4.439)
Reversão (complemento) de provisão no exercício	96	(3.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(7.500)</u>	<u>(7.596)</u>

7. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

	2022	2023		Valor líquido
	Valor líquido	Custo	Amortização Acumulada	
Benfeitorias em prop. terceiros	18.699	23.854	(6.522)	17.332
Maq., aparelhos, equip. e instalações	35	209	(189)	20
Equipamentos de informática	6	147	(140)	7
Moveis, utensílios e instalações	33	193	(173)	20
Veículos	-	31	(31)	-
Softwares	-	225	(225)	-
Direito de Expl. Serv. Publ. - Outorga	1.730	3.000	(1.390)	1.610
Obras em andamento	14.034	14.034	-	14.034
	<u>34.537</u>	<u>41.693</u>	<u>(8.670)</u>	<u>33.023</u>

b. Movimentação do custo do ativo intangível

	2022	2023		Saldo
	Saldo	Adições	Baixas	
Benfeitorias em prop. terceiros	23.853	3	-	23.856
Maq., aparelhos, equip. e instalações	208	-	-	208
Equipamentos de informática	144	-	-	144
Moveis, utensílios e instalações	195	-	-	195
Veículos	31	-	-	31
Softwares	225	-	-	225
Direito de Expl. Serv. Publ. - Outorga	3.000	-	-	3.000
Obras em andamento	14.034	-	-	14.034
	<u>41.690</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>41.693</u>

c. Movimentação da amortização do ativo intangível

	2022	2023		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Benfeitorias em prop. terceiros	(5.156)	(1.366)	-	(6.522)
Maq., aparelhos, equip. e instalações	(174)	(15)	-	(189)
Equipamentos de informática	(138)	(3)	-	(141)
Moveis, utensílios e instalações	(159)	(13)	-	(172)
Veículos	(31)	-	-	(31)
Softwares	(225)	-	-	(225)
Direito de Expl. Serv. Publ. - Outorga	(1.270)	(120)	-	(1.390)
	<u>(7.153)</u>	<u>(1.517)</u>	<u>-</u>	<u>(8.670)</u>

A Companhia firmou contrato de concessão de serviços públicos em abril de 2012 pelo prazo de 25 anos.

Em função do contrato de concessão do Terminal Rodoviário firmado pela Companhia, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

Conforme descrito no contato, o termo de compromisso firmado pela Companhia prevê, entre outros aspectos:

- Providenciar e entregar de todos os projetos executivos dos terminais;
- Reconstrução do terminal Américo Fontenelle - prazo máximo de 24 meses;
- Reforma do terminal Meneses Cortes - prazo máximo de 12 meses;
- Reforma do terminal de Nova Iguaçu - prazo máximo de 36 meses;
- Reforma do terminal de Nilópolis - prazo máximo de 48 meses.

Ao término do contrato de concessão, a transferência dos bens que integram a concessão será formalizada mediante termo subscrito pelo Estado, pelo Coderte e pela Companhia. Ressalvado o disposto no item 17.4 do referido contrato, na extinção da concessão, reverterem automaticamente ao poder público, na pessoa da Coderte, todos os bens construídos ou adquiridos pela concessionária e integrados à concessão. A reversão dos bens na extinção da concessão far-se-á com o pagamento, pelo poder público, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela concessionária, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados ou adquiridos com a sua prévia aprovação, com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade da concessão.

O montante registrado no ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de utilização do terminal rodoviário. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, sendo de 25 anos, a amortização desse ativo intangível é realizada de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo e o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, concedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente, que regulamenta a desvinculação de bens da concessão do Terminal Rodoviário, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o impairment dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outorgas	152	142
Fornecedores	<u>100</u>	<u>71</u>
	<u><u>252</u></u>	<u><u>213</u></u>

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de férias	397	376
INSS a recolher	74	74
Salários e ordenados a pagar	161	147
INSS sobre férias	109	103
FGTS sobre férias	31	30
FGTS a recolher	26	24
Outros	<u>24</u>	<u>22</u>
	<u><u>822</u></u>	<u><u>776</u></u>

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 98 funcionários (97 em 31 de dezembro de 2022).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IPTU a pagar	757	633
IRPJ e CSLL a Recolher	258	22
PIS e COFINS a recolher	83	74
ISSQN a recolher	53	47
Impostos retidos a recolher	17	8
	<u>1.168</u>	<u>784</u>

11. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (reapresentado)
IPTU - Parcelamento	1.906	1.628
INSS - Parcelamento	961	1.153
PIS e COFINS - Parcelamento	1.445	1.820
	<u>4.312</u>	<u>4.601</u>
Circulante	1.080	1.940
Não circulante	3.232	2.661
	<u>4.312</u>	<u>4.601</u>

PIS e COFINS

Os parcelamentos simplificados de Pis e Cofins foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e 84 (oitenta e quatro) vezes, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

INSS

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002);

IPTU

O parcelamento de IPTU foi aderido durante o exercício de 2021, no qual a Companhia parcelou o IPTU de períodos anteriores tendo como o saldo total parcelado em 84 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.

No exercício de 2023, a Companhia identificou determinados débitos relacionados a IPTU de competência 2013 a 2020 no montante de R\$ 1.173, os quais não estavam reconhecidos em suas demonstrações financeiras. Em ato contínuo, a Companhia renegociou esses débitos e os incluiu no programa de parcelamento. Como consequência, e de acordo com as práticas contábeis vigentes, a Companhia está rerepresentando os saldos comparativos para demonstrar esse débito e os referidos reflexos no resultado em seu correto período de competência.

12. PARTES RELACIONADAS

a. Transações com partes relacionadas no passivo

Dividendos a pagar

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023 corresponde aos dividendos de exercícios anteriores ainda não quitados pela Companhia.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dividendos a pagar	<u>919</u>	<u>919</u>
	<u>919</u>	<u>919</u>

Mútuos com partes relacionadas e AFAC

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<i>Mútuos a pagar</i>		
Saldo em 1º de janeiro	2.505	2.821
Mútuos celebrados	-	-
Reclassificações (a)	-	810
Pagamento de mútuos no exercício	<u>(885)</u>	<u>(1.126)</u>
Saldo final	<u>1.620</u>	<u>2.505</u>

(a) Acréscimo refere-se à reclassificação do saldo remanescente de AFAC (registrado anteriormente no patrimônio líquido), que foi transferido para a conta de mútuos a pagar devido ao prazo prescricional expirado.

b. Remuneração da administração

Conforme o acordo entre as sócias quotistas, as remunerações aos dirigentes da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidas ou pagas pela Companhia.

c. Despesas de gerenciamento e administração

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	<u>(498)</u>	<u>(250)</u>
	<u>(498)</u>	<u>(250)</u>

Mensalmente a Companhia remunera a quotista Socicam – Administração, Projetos e Representações Ltda., pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 10% sobre o resultado operacional e 4% sobre a receita líquida.

d. Controladora

A controladora final da Companhia é a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. e a controladora direta é a que detêm Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro 50% das ações que representam o seu capital social.

13. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida no processo cível sobre a majoração da revisão do custo de locação do Terminal Menezes Cortes embasado em laudo do perito de juízo.

A Administração contrapõe essa revisão e contratou perito particular para essa respectiva avaliação chegando a um valor inferior a 1/3 do laudo do juízo.

Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão no montante de R\$ 256 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 226 em 2022).

	<u>2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>2023</u>
Cível / Administrativa / Fiscal	<u>226</u>	<u>256</u>	<u>(226)</u>	<u>256</u>
	<u>226</u>	<u>256</u>	<u>(226)</u>	<u>256</u>

Em 2021, houve reversão parcial de contingência civil referente ao processo 0241450-53.2008.8.19.0001 mediante ao Terminal Garagem Menezes Cortes. Em 31 de dezembro de 2021 o valor provisionado para essa contingência era R\$ 1.841, enquanto em 31 de dezembro de 2022, referida provisão passou para R\$ 2022. Essa reversão foi realizada tendo em vista decisão do Desembargador Presidente favorável à Companhia, onde houve entendimento que a atividade desempenhada pela CODERTE em nada se amolda ao interesse primário essencialmente prestado pelo Estado

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) *Capital social*

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto por 36.100.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1 (valor expresso em Reais) por ação, assim distribuído:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fetranspor	18.050	18.050
Socicam Adm., Projetos e Repres. Ltda.	14.440	14.440
Socicam Serviços Urbanos Ltda.	<u>3.610</u>	<u>3.610</u>
	<u>36.100</u>	<u>36.100</u>

b) *Dividendos*

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas

c) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia utilizou o saldo desta reserva para compensação do prejuízo de exercícios anteriores.

d) *Reserva de retenção de lucros*

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecidos em seu plano de investimentos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia utilizou o saldo desta reserva para compensação do prejuízo do exercício.

	<u>Valores</u>
Resultado do exercício	873
(-) constituição da reserva legal	<u>(44)</u>
Lucro líquido ajustado	829
Dividendo mínimo obrigatório -25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>25%</u>
Dividendo a pagar (arredondado)	<u>206</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.131	(1.393)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	385	-
<i>Adições permanentes</i>		
Doações	36	36
Contingências Cível / Administrativas	16	-
Brindes	-	-
Multa de transito	-	1
Contingências Trabalhistas	-	1
Contingências Fiscais	240	-
Prov. Perdas de cred. Considerados incob.	277	6.605
Depreciação s/ ativos de diretos de uso	29	30
Despesas de AVP - CPC 06 (R2)	51	24
<i>Exclusões permanentes</i>		
Recup. cred. considerados incobráveis	(293)	(3.595)
Arrendamento Mercantil - Contraprestação IFRS16	(76)	(75)
Reversão de Contingencias Trabalhistas	(15)	(2)
Reversão de Contingencias Civeis / Adm	(211)	(1.630)
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.185	2
Compensação do prejuízo fiscal	(356)	(33)
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>830</u>	<u>(31)</u>
Imposto de renda e contribuição social	258	22
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	-	-
Taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social	23%	-2%

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tarifas rodoviárias	12.184	10.728
Locações	1.884	1.648
Serviços a usuários	353	141
Receita de construção	-	-
	<u>14.421</u>	<u>12.517</u>
Total da receita bruta		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(1.959)	(1.705)
(-) Serviços cancelados	(36)	-
	<u>(1.995)</u>	<u>(1.705)</u>
Receita operacional líquida	<u>12.426</u>	<u>10.812</u>

Tarifas rodoviárias

São tarifas de embarque de terminais, modalidade passageiro embarcado e tarifas de acostamento.

Serviços a usuários

São serviços oferecidos a usuários do terminal rodoviário, como uso de sanitários e estacionamento. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

Locações

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal rodoviário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia.

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e ordenados	(2.839)	(2.634)
Amortização e depreciação	(1.290)	(1.291)
Outorga, taxas e participações	(1.599)	(1.411)
Tarifas públicas	(728)	(893)
Serviços públicos	(518)	(578)
Outros custos com colaboradores	(574)	(573)
Férias e 13º salário	(622)	(572)
Custo com materiais e serviços	(574)	(497)
Custo de construção	-	-
Outros custos	(183)	(152)
	<u>(8.927)</u>	<u>(8.601)</u>

Os custos de operação da Companhia referem-se basicamente a custos fixos, que não sofrem maiores oscilações em relação ao aumento de demanda de suas atividades.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais e outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<i>Despesas administrativas e gerais</i>		
Gerenciamento e administração	(1.191)	(1.065)
Despesas gerais	(223)	(159)
	<u>(1.414)</u>	<u>(1.224)</u>
<i>Outras receitas (despesas)</i>		
Outras receitas (despesas)	(853)	(288)
Reversão (constituição) de provisões contingências (i)	(30)	1.631
Reversão (constituição) de provisões incobráveis (i)	15	(3.010)
Reversão (constituição) de provisões (i)	-	-
	<u>(868)</u>	<u>(1.667)</u>

(i) Efeito decorrente de constituições de provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº6) e provisões para contingências (nota explicativa nº13).

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022 (reapresentado)
Receitas financeiras		
Receita de juros	204	78
Descontos obtidos	1	-
	<u>205</u>	<u>78</u>
Despesas financeiras		
Multas e correções	(164)	(612)
Descontos concedidos	(20)	(147)
Despesa de AVP sobre passivo de arrendamento	(51)	(24)
Outras despesas financeiras	(56)	(8)
	<u>(291)</u>	<u>(791)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(86)</u>	<u>(713)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Aplicações financeiras	1.520	1.477
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.689	1.376
	<u>4.211</u>	<u>2.855</u>

b) Risco de liquidez

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6 -12 meses	Maior 12 meses
<i>Passivo financeiros não derivativos</i>					
Fornecedores	252	252	252	-	-
Dividendos a pagar	919	919	-	-	-
	2022				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	6 meses ou menos	6 -12 meses	Maior 12 meses
<i>Passivo financeiros não derivativos</i>					
Fornecedores	213	213	213	-	-
Dividendos a pagar	919	919	-	-	-

21.COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 10% do faturamento bruto efetivamente obtido mensalmente advindo da exploração dos terminais rodoviários Américo Fontenelle, Menezes Cortes, Nilópolis e Nova Iguaçu, com vencimento até o décimo dia do mês subsequente. Os valores estão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17)

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

23.EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Rodrigo Fernandes de Toledo
Diretor

Richele Cabral Gonçalves
Diretora

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC 1SP243887/O-3

* * *